

**NIEP  
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

# Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>A Venezuela entre 1999-2012 – uma análise do governo de Hugo Chávez e do socialismo do século XXI</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Rafael Pinheiro de Araujo</b>	Institutos Superiores de Educação LA SALLE/RJ	UNILASALLE	Professor
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>A política sul-americana transformou-se na primeira década do século XXI. Presenciamos um conjunto de processos insurreccionais que fizeram das novas formas de movimentos sociais (indígenas, sem terras, sem tetos, mulheres etc.) os protagonistas das lutas na região.</p> <p>Na Bolívia, no Equador e na Venezuela o recrudescimento da luta de classes propiciou a ascensão de governos revolucionários. O indígena Evo Morales, o economista Rafael Corrêa e o coronel Hugo Chávez simbolizaram a emergência de um novo ciclo revolucionário na América do Sul.</p> <p>Diferentemente de períodos anteriores de luta, nessa nova fase, presenciamos o abandono da luta armada, por meio da utilização da via institucional como o caminho para a construção das revoluções. Presenciamos, também, a realização das Assembleias Constituintes e o fomento à democracia participativa como instrumentos fundamentais para as mudanças sociopolíticas.</p> <p>Além disso, assistimos à reivindicação de um novo tipo de socialismo, o socialismo do século XXI. Essa proposta começou a ser difundida na Venezuela entre os anos de 2004 e de 2006, com a radicalização da revolução bolivariana. A consolidação do chavismo e o êxito das outras insurreições populares sul-americanas possibilitaram essa difusão.</p> <p>Dividiremos este artigo em três partes: na primeira, resgataremos o passado do nacional-estatismo latino-americano. Explanaremos suas continuidades nessa proposta de novo socialismo; na segunda, abordaremos as características do socialismo do século XXI na Venezuela, subdividindo a análise entre o seu imaginário e a estrutura econômica e, por fim, faremos uma breve consideração sobre os elementos que compõem um minimum socialismo do século XXI.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Socialismo do Século XXI, Venezuela e nacional-estatismo			
ABSTRACT			
<p>The South American politics transformed the first decade of this century. Witnessed a set of processes that made insurrectionary social movements "new type" (indigenous, landless, homeless, women, etc.) the protagonists of Struggles in the region.</p> <p>In Bolivia, Ecuador and Venezuela the intensification of the class struggle led to the rise of revolutionary governments. The Indian Evo Morales, Rafael Correa economist and Colonel Hugo Chávez symbolized the emergence of a new revolutionary cycle in South America.</p> <p>Unlike previous periods of struggle, this new phase witnessed the abandonment of armed struggle, with the institutional path is used as the path for the construction of revolutions. Also witnessed the completion of polling constituents and promote participatory democracy as a fundamental tool for political and social change.</p> <p>Moreover, we have seen demand for a new type of socialism, socialism of the XXI century. This proposal began to be widespread in Venezuela between 2004-2006, with the radicalization of the Bolivarian revolution. The consolidation of chavismo and the success of other popular uprisings in South America allowed its spread.</p> <p>We will divide this article into three parts: first, we will redeem the past of National Hispanic statism. We discuss its continuities that proposed new socialism, in the second, we discuss the characteristics of the XXI century socialism in Venezuela, subdividing the analysis between your imagination and the economic structure, and finally, we will make a brief consideration of the elements that make up a minimum socialism XXI century.</p>			
KEYWORDS			
Socialism, Venezuela and national-statism			
EIXO TEMÁTICO			

## A Venezuela entre 1999-2012: uma análise do governo de Hugo Chávez e do socialismo do século XXI

Por Rafael Araujo<sup>1</sup>

### *A Venezuela entre 1999-2009*

Chávez foi eleito pela frente eleitoral polo patriótico, que reuniu um conjunto de agremiações políticas, tais como: MVR (Movimento Quinta República), partido de Chávez criado em 1997, parte do MAS (Movimento ao Socialismo), PPT (Pátria Para Todos), setores do *La Causa R*, o Movimento Eleitoral do Povo (MEP), o Pela Democracia Social (Podemos) e o PC (Partido Comunista). Três elementos interligaram essas distintas tradições políticas em torno de Chávez: a “refundação da Venezuela” (a partir da realização de uma assembleia constituinte), a oposição ao neoliberalismo e o combate à pobreza.

Os 14 anos de chavismo se fundamentaram na presença de executivo forte e centralizador. Não houve decisão política ou econômica realizada no país sem a anuência de Hugo Chávez. Sua gestão também foi marcada por forte intervenção estatal na economia. Ao longo de sua presidência ocorreram nacionalizações de cinco companhias siderúrgicas, empresas de comunicação e eletricidade, da faixa petrolífera do Orinoco (maior reserva de petróleo da Venezuela), cimenteiras, bancos (como o Banco da Venezuela pertencente ao espanhol Banco Santander), redes de supermercado e a indústria petroleira.

O executivo também organizou a participação popular via *misiones sociales* (principal projeto social do governo com atuação nas áreas de saúde, educação, ciência e tecnologia, etc.)<sup>2</sup>, conselhos comunitários<sup>3</sup> e apoio intenso à atuação dos chavistas nos sindicatos e entidades estudantis. Com isso, a organização popular catapultou-se vinculada ao executivo nacional, quebrando sua independência e fortalecendo o apoio ao chavismo nas batalhas políticas.

---

<sup>1</sup> Professor dos cursos de História e Relações Internacionais do Centro Universitário LA SALLE - UNILASALLE/RJ. Pesquisador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente/UFRJ e doutorando em História pela mesma instituição. E-mail: rafa.ara@gmail.com

<sup>2</sup> Para saber detalhes sobre as misiones sociales acesse: <http://www.gobiernoonlinea.ve/miscelaneas/misiones.html>

<sup>3</sup> Mais detalhes sobre os conselhos comunitários em: <http://www.mpcomunas.gob.ve/>

Dados fornecidos por instituições internacionais e pelo governo apontaram para a melhoria dos padrões de vida da população após a chegada de Chávez à presidência. O apoio ao chavismo não adveio, apenas, do seu carisma e grande capacidade de oratória, mas da constatação pelos venezuelanos das melhorias socioeconômicas do país. Neste sentido, o espontaneísmo de 1989 deu lugar à conscientização política. Independente do poder de atração do discurso *bolivarianista revolucionário* não há como desconsiderar as melhorias sociais conquistadas pela população a partir de 1999.

Como demonstram as tabelas abaixo, entre 1999-2010 o IDH da Venezuela subiu, o desemprego caiu para praticamente a metade e houve um substantivo combate à pobreza. A isso se juntou o acesso às missões sociais, a instalação nas proximidades das grandes favelas da rede de supermercado estatal Mercal, que vende alimentos subsidiados pelo governo, e a elevação do salário mínimo do país. Por isso, o chavismo conseguiu conquistar e consolidar o apoio da população.

#### Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), níveis de pobreza, desemprego e variação do PIB na Venezuela (1999-2010)<sup>4</sup>

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Pobreza	42,0	40,4	39,0	48,6	55,1	47,0	37,9	30,6	28,5	27,5	26,7	26,9	26,5	----
Extrema Pobreza	20,1	18,0	16,9	25,0	29,8	22,5	17,8	11,1	9,6	9,2	7,2	6,9	7,0	----
Variação do PIB	-----	3,7	3,4	-8,9	-9,4	18,3	10,3	9,9	8,8	5,3	-3,2	-1,5	4,2	5,3
Desemprego	15,0	13,9	13,3	15,8	18,0	15,3	12,4	10,0	8,4	7,3	7,8	8,6	7,8*	8,7*

Os dados acima demonstram que a Venezuela passou por um processo de transformação social com Chávez. O alcance desses índices foi potencializado pelo aumento do preço internacional do petróleo entre 2003 e 2008 e pela disponibilização de parte da renda petroleira para impulsionar os programas sociais do governo.

<sup>4</sup> Ver: As taxas de desemprego da Venezuela referentes aos anos de 2010 a 2012 foram retirados dos sites dos institutos de estatísticas de cada país. As informações contidas nessa tabela foram consultadas nos seguintes sítios eletrônicos: *Pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano*. Disponível em: <http://www.ine.gob.bo/indice/EstadisticaSocial.aspx?codigo=30601> Acesso: Março/2012  
*Estadísticas sociales 2005 - Anuario estadístico de América Latina y el Caribe, 2005*. CEPAL. Disponível em: [http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/0/26530/LCG2311B\\_1.pdf](http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/0/26530/LCG2311B_1.pdf) Acesso: Março/2012  
*Estadísticas sociales 2010*. Disponível em: [http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/6/42166/LCG2483b\\_1.pdf](http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/6/42166/LCG2483b_1.pdf) Acesso: Março/2012  
*Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe (2012)*. Disponível em: [http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/4/48594/P48594.xml&xsl=/publicaciones/ficha.xsl&base=/publicaciones/top\\_publicaciones.xsl#](http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/4/48594/P48594.xml&xsl=/publicaciones/ficha.xsl&base=/publicaciones/top_publicaciones.xsl#) Acesso: Jan/2013.  
*Índice Desarrollo Humano*. Disponível em: <http://www.ine.gov.ve/documentos/Social/IndicedeDesarrolloHumano/html/EvolIDHVzla.html> Acesso: Mar/2013

Em 2000, após a realização da Constituinte, Chávez foi eleito presidente da Venezuela para um mandato de seis anos. A luta política entrou num novo ciclo, que foi do final de 2001 até agosto de 2004. A oposição ao bolivarianismo chavista perpetrou uma série de ações que contribuíram para a instabilidade política e econômica da Venezuela. (MAYA, 2006: P. 258).

A confrontação com o chavismo foi detonada em dezembro de 2001. Nesse ano, o governo, apoiado por um dispositivo constitucional, anunciou 49 Leis Habilitantes (espécie de medidas provisórias no Brasil) com o intuito de transformar as estruturas econômicas venezuelanas. Dentre as leis promulgadas, três afetaram os interesses dos grupos econômicos locais e setores estrangeiros aliados. Foram as Leis de Pesca, Terras e dos Hidrocarbonetos. (ARAUJO, 2009)

A Lei de Pesca buscou a preservação da atividade artesanal, em detrimento da industrial. Aquela foi prioridade em virtude da grande quantidade de trabalhadores empregados e pelo seu baixo impacto ambiental. A faixa marítima para a pesca artesanal foi ampliada de 3 para 6 milhas e foram normatizadas dimensões para as embarcações, que deveriam ser submetidas ao criado Instituto Nacional de Pesca e Aquicultura.

A Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário, ao longo dos seus 281 pontos, criou diretrizes que abrangeram a propriedade agrícola e sua produtividade. A ociosidade da terra, o direito dos proprietários e a possibilidade de realização da reforma agrária foram temas debatidos nessa lei. O Instituto Nacional de Terras (INT) ficou responsável pela fiscalização do uso da terra, tendo a tarefa de identificar propriedades improdutivas e ilegais para serem disponibilizadas ao programa de reforma agrária.

A Lei dos Hidrocarbonetos almejou o fortalecimento do controle estatal sobre a atividade petroleira, revertendo a privatização da PDVSA desenvolvida nos governos de Péres e Caldera. Essa lei elevou os *royalties* recebidos pelos cofres públicos para as atividades de produção dos hidrocarbonetos pelo setor privado e abriu a possibilidade de reversão das privatizações.<sup>5</sup>

A implantação dessas leis exacerbou a oposição ao chavismo. Sob a alegação de que elas representavam uma excessiva participação estatal na economia e o fim de direitos adquiridos, foi criada a *Coordinacion Democrática de Acción Cívica*, mais conhecida como *Coordinación Democrática* (CD). Essa entidade contou com os seguintes participantes: Federação de Câmaras, Associações de Comércio e de Produção da Venezuela (Fedecâmaras), tecnocratas das PDVSA, a Central dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), funcionários públicos, organizações sociais da sociedade civil, cúpula das Forças Armadas, meios privados de comunicação, AD e Copei. A CD

---

<sup>5</sup> Sobre as Leis de Pesca, Terra e Hidrocarbonetos, ver: LANDER, Edgardo e NAVARRETE, Pablo. La política económica de la Izquierda latino-americana en el Gobierno: el caso de la República Bolivariana de Venezuela (1999-2006). IN: AYALA, Mario e QUINTERO, Pablo (Orgs). Diez años de revolución en Venezuela – historia, balance y perspectivas (1999-2009). Buenos Aires, Editorial Maiupe, 2009. 1ª Edição. P. 60-65. Os originais dessas leis podem ser acessadas em: <http://www.pgr.gob.ve/dmdocuments/2001/37323.pdf> Acesso: Fev/2011.

contou com o auxílio financeiro dos Estados Unidos, *National Endowment for Democracy (NED)*. (GOLINGER, 2005).

Após meses de articulações e movimentações políticas, a CD iniciou em abril de 2002 sua ofensiva contra o chavismo. Para desestabilizar o governo, nos dias 8 e 9 de abril, foi convocada uma paralisação de 48 horas das empresas públicas e privadas, comércio, Universidades, etc. A meta era exigir a renúncia de Chávez. A intensa mobilização dos *esquálidos*, termo utilizado pelos chavistas para denominar pejorativamente a oposição, fez com que os dirigentes do protesto convocassem os mobilizados para uma nova ação no dia 11 de abril.

Nesse dia, os opositores realizaram uma nova greve e mais uma marcha, que se direcionou para a sede da PDVSA em Caracas. Devido à grandiosidade das manifestações, seus líderes a levaram para as proximidades do palácio Miraflores, onde chavistas se encontravam reunidos em apoio ao presidente. Os embates entre os dois grupos intensificaram os discursos favoráveis à renúncia de Chávez nos meios de comunicação e nos círculos militares. (BRICEÑO, 2007).

Durante os conflitos, os meios de comunicação apontaram Pedro Carmona, então presidente da Fedecámaras, como responsável pela transição política caso o presidente renunciasse. Dez generais liderados por Vasquez Velasco, ex-comandante do exército venezuelano e da Guarda Nacional, exigiram a renúncia do presidente. Para impedir confrontos nas proximidades do Palácio Miraflores entre chavistas e opositores, Chávez se entregou aos oficiais golpistas.

A reação das parcelas da população apoiadoras do chavismo foi imediata. As favelas *caraqueñas* se organizaram de forma espontânea, sem a direção de partidos ou movimentos sociais, para exigirem nas ruas o retorno de Hugo Chávez à presidência. Menos de 48 horas depois de sua prisão, o Comandante do bolivarianismo retornou para a sede oficial do governo, o Palácio Miraflores.

Chávez não se aproveitou dessa vitória política para desenvolver uma perseguição aos opositores. Os tons dos discursos apontaram para a conciliação política e para o respeito à institucionalidade. Algumas medidas foram adotadas pelo governo: reorganização das Forças Armadas, abertura de espaços políticos para opositores, aproximação com setores econômicos golpistas e conciliação com gerentes petroleiros que atuaram ao lado da oposição nos dias dos distúrbios.

Apesar da tentativa de composição com os adversários, a estabilidade e os acordos com os não chavistas foram insuficientes para acalmar o país. Novas ações foram desencadeadas pelos antichavistas em dezembro de 2002 e início de 2003, no episódio conhecido por *paro* petroleiro. (MAYA, 2006).

A paralisação da produção petroleira e industrial representou mais uma tentativa de desgastar o governo. Como o golpe de estado de abril foi infrutífero, os opositores tentaram estrangular o

bolivarianismo pelo sustentador da sua economia: o petróleo. Ao estancar a produção dos hidrocarbonetos, a elite e seus aliados almejavam tornar insustentável a perpetuação de Chávez no poder. (MAYA, 2006).

No entanto, o objetivo opositor não foi alcançado. A população ficou ao lado de Chávez, mesmo com a deterioração das contas públicas, desemprego, aumento da marginalização social e falta de crescimento econômico, como comprovam os gráficos anteriores.

Na luta hegemônica no interior da Venezuela, mais uma vez, o chavismo saiu fortalecido, pois usou o *paro* petroleiro para afastar a direção da PDVSA, atrelando-a ao chavismo, e para realizar a nacionalização do petróleo. Os setores chavistas das Forças Armadas permaneceram coesos nesse processo. Protegeram a indústria petroleira e a soberania venezuelana frente às ameaças da oposição. A CD e os demais setores organizadores do *paro* acreditaram que suas ações levariam a uma nova fissura entre os militares. Não foi isso o que ocorreu. O caos econômico derivado dessa ação desembocou numa resposta institucional de defesa dos interesses nacionais e, conseqüentemente, de Chávez. (MAYA, 2006).

Os acontecimentos de abril e dezembro de 2002 e fevereiro de 2003 polarizaram a sociedade venezuelana entre chavistas e não chavistas. Com a vitória de Chávez no referendo revogatório de mandato em agosto de 2004 com 59%<sup>6</sup>, o governo encontrou condições para intensificar a revolução bolivariana.

Os anos de 2005 e 2006 foram de consolidação do chavismo. A oposição não participou da eleição para a assembleia constituinte, argumentou a possibilidade de fraude no pleito. Com isso, o chavismo angariou praticamente todas as vagas do parlamento (dos 167 deputados, apenas dois estavam fora da coalização de apoio ao chavismo). Em 2006 Chávez foi reeleito, derrotando Manuel Rosales, com 62,84% dos votos, maior porcentagem conquistada pelo bolivarianismo venezuelano.

Em 2007 a popular emissora Rede Caracas de Televisão (RCTV) não teve sua licença renovada. Essa medida elevou as acusações de autoritarismo sobre o chavismo. Em dezembro desse ano o governo sofreu sua primeira derrota eleitoral, em virtude da rejeição popular à proposta de reforma constitucional.

O projeto de reforma constitucional dividiu a Venezuela. O apoio popular a Chávez entre 2002 e 2006 fez com que o chavismo buscasse radicalizar o processo revolucionário, por meio da reforma constitucional. O governo acreditou que a liderança do presidente e a utilização da polarização entre “quem está a favor ou contra Chávez” seriam suficientes para o êxito governista.

O projeto com alterações da Carta Magna não foi elaborado pela população, o que se contrapôs ao discurso de participação popular defendido pelo chavismo. Ele foi cunhado pelo

---

<sup>6</sup> Disponível em: [http://www.cne.gov.ve/referendum\\_presidencial2004/](http://www.cne.gov.ve/referendum_presidencial2004/) acessado em 22/01/2008.

presidente, colaboradores próximos e legislativo. Não se repetiu o ocorrido em 1999, quando a mudança da Constituição refletiu os anseios da população durante a 2ª metade da década 1990, como debatermos no próximo capítulo. (TOUSSAINT, 2007).

Destacamos os seguintes artigos da proposta de reforma constitucional<sup>7</sup>:

- O artigo 16 tratava da divisão política e territorial do país. Objetivava o incentivo à auto-gestão e participação cidadã, com a instituição da “cidade comunal”. Previa também a criação de novos Estados pelo executivo;

- O artigo 18 estabelecia a reestruturação urbana, por meio de realização de obras de infraestrutura e melhoria da assistência social (saúde, educação, esportes, cultura, etc.) pelo poder público. Centralmente, a proposta abordava o combate à especulação imobiliária em grandes cidades, como Caracas;

- O artigo 67 abrangia a exclusividade do financiamento estatal para campanhas eleitorais, proibindo a doação por parte de empresas públicas ou privadas;

- Os artigos 87 e 90 tratavam sobre o mercado de trabalho. O primeiro visava a institucionalização de garantias trabalhistas aos autônomos, através da criação do *Fondo de estabilidad social para trabajadores y trabajadoras por cuenta propia*. Com isso, seriam assegurados aos venezuelanos férias, aposentadoria, direito à licença por doença, entre outros. O segundo propôs a redução da jornada de trabalho para 6h diárias e o limite de 36h semanais, bem como dificultava a realização de horas extras. Com essas medidas, o governo almejava a geração de aproximadamente 120.000 novos empregos;

- Os artigos 112, 113 e 115 abordaram a implantação de medidas que iriam interferir diretamente nos rumos econômicos venezuelanos. O monopólio privada ficaria proibido. Foi prevista a exclusividade da exploração dos recursos naturais por parte do Estado ou por empresas por ele designadas, como exemplos, a mista ou unidades de produção socialista. Pressupunha também o reconhecimento de diversos tipos de propriedade, tais como: pública, social, direta e indireta, comunal, coletiva, cidadã, mista e privada;

- O artigo 184 previa, em esfera municipal, a construção de espaços efetivos de participação popular, com a transferência para conselhos comunitários e associações de moradores da gestão de recursos financeiros e da determinação dos serviços

---

<sup>7</sup> *Anteproyecto para la 1era. Reforma Constitucional - Propuesta del Presidente Hugo Chávez*. Agosto 2007 . Disponível em: <http://www.nodo50.org/plataformabolivariana/Externos/AP-RefConst.pdf> Acesso: Jan/2008.

prioritários a serem atendidos pelo orçamento municipal. Igualmente, abordava a gestão comunitária de empresas que não atendessem de forma qualitativa as principais e mais urgentes demandas populares;

- O artigo 307 abordava a proibição do latifúndio improdutivo;
- Os artigos 318, 320 e 321 regiam sobre o fim da autonomia do Banco Central e da sua submissão ao executivo, com as reservas internacionais ficando disponibilizadas para investimentos governamentais nas esferas sociais e produtivas;
- O inciso 328 disciplinava sobre as Forças Armadas. Elas foram ratificadas enquanto principais defensoras da revolução bolivariana e propulsoras da soberania nacional, da luta anti-imperialista e da guerra popular de resistência;
- O item mais polêmico do projeto foi o 230. Ele regulamentava a possibilidade de reeleição indefinida de qualquer cargo eletivo, não apenas o de presidente, e o aumento do mandato presidencial de 6 para 7 anos;

A primeira derrota eleitoral de Chávez se deveu aos seguintes fatores: 1 - repúdio da população à perpetuação da burocratização e corrupção nas esferas do poder, o que se contradiz ao discurso de uma moralidade revolucionária e construção do novo socialismo; 2 - o deslocamento para a oposição de figuras moderadas do chavismo, como o ex-Ministro da Defesa Raul Baduel, figura importante do chavismo desde 1992; 3 - a falta de diálogo entre o governo e população para a preparação da proposta de reforma constitucional; 4 - alta inflação e ausência de um plano nacional de habitação e 5 - as ações do movimento estudantil.

A derrota no referendo constitucional fez com que Chávez lançasse os “três R”, visando a *revisión, rectificación y reimpulso* do processo revolucionário. Com essa proposição, o governo almejou solucionar os problemas que derivaram na sua derrota no referendo e impulsionar a revolução, evitando novas derrotas eleitorais. (MARREGOT, 2008).

Essa derrota fez com que Chávez adotasse um discurso menos radical, objetivando atrair novamente setores da classe média para a base social do chavismo. Isso foi expresso na reativação do Pólo Patriótico, que havia sido desestruturado pelo com o início da construção do PSUV. Esses elementos podem ser constatados nas palavras de Chávez:

(...) Vamos retomar o Polo Patriótico. As alianças com PPT, Partido Comunista, agremiações regionais e organizações sociais (...). Receberemos de braços abertos todos os setores nacionalistas e patrióticos, não apenas aos que usam a “camisa vermelha” do PSUV. Isso é um aspecto que devemos revisar, para realizar a batalha contra o sectarismo e

extremismo de alguns grupos que “querem ser mais papistas que o Papa”. Não podemos deixar que a classe média siga a contrarrevolução.<sup>8</sup>

As mudanças na dinâmica interna do chavismo com os “3 R” impulsionaram o êxito nas eleições regionais de 2008, com a conquista de 80% das prefeituras e 17 dos 23 governos estaduais. Em fevereiro de 2009, o governo conseguiu aprovar a proposta de reeleição indefinida para os cargos eletivos. Com isso, Chávez pôde concorrer a mais um mandato na eleição presidencial de 2012.

### ***As eleições de 2010 e 2012: mais uma expressão do cenário político venezuelano***

A eleição para a Assembleia Legislativa em 2010 dividiu a Venezuela. Para governo e oposição, o 26S (denominação para o pleito parlamentar ocorrido em 26 de setembro) significava a visualização do apoio popular aos projetos de poder encarnados por ambos os polos, entrevedo as eleições presidenciais de 2012.

O pleito foi marcado pela disputa entre três polos: o oficialista Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), a Mesa da Unidade Democrática (MUD), conglomerando de 18 partidos de oposição, e o Partido Pátria para Todos (PPT), representando um setor independente.

Governo e oposição tiveram como meta os 2/3 da Assembleia Legislativa. Para o chavismo, essa conquista permitiria a indicação para cargos públicos e mudanças substanciais na Constituição sem consultar a oposição. Por outro lado, os opositores desejavam consertar um erro fundamental: o abandono do parlamento. O retorno ao legislativo significou um novo patamar político para a oposição. Novamente, ela teria capacidade de interferência em assuntos de relevância nacional e a “máscara” golpista, intensamente propagada pelo chavismo, poderia ser retirada.

O processo eleitoral demonstrou um elemento importante: chavismo e oposição mantiveram a média de votos (o primeiro entre 52-59% e o último entre 37-45%) presentes desde 2000, exceção feita ao referendo constitucional de 2007. Há uma hegemonia chavista na política venezuelana, mas não um domínio total.

O aparente domínio excessivo de Chávez foi criado pela oposição por sua opção golpista (num país de tradição democrática) e abandono da disputa eleitoral em 2005. Ao adotar uma postura golpista e abandonar o parlamento, a oposição possibilitou o fortalecimento do chavismo.

A partir de 2008, quando abandonou a conspiração e voltou a valorizar a disputa eleitoral, presenciamos um apoio à oposição de mais de 1/3 dos venezuelanos. A tabela abaixo demonstra que

---

<sup>8</sup> *Chávez lanza campaña por las regionales y frena la revolución*. Disponível em: [http://www.eluniversal.com/2008/01/07/pol\\_art\\_chavez-lanza-campana\\_661557.shtml](http://www.eluniversal.com/2008/01/07/pol_art_chavez-lanza-campana_661557.shtml) Acesso: Jan/2008.

os índices de votação no governo e na oposição se mantiveram praticamente os mesmos desde 2000.

### Porcentagem de votos no chavismo, oposição e abstenção eleitoral (2000-2012) nas principais consultas eleitorais venezuelanas.

Fonte: [http://www.cne.gov.ve/web/estadisticas/index\\_resultados\\_elecciones.php](http://www.cne.gov.ve/web/estadisticas/index_resultados_elecciones.php) Acesso: Nov/2012

Ano	Tipo de Eleição	Chavismo	Oposição	Abstenção
2000	Presidencial	59,7	40,2	43,6
2004	Referendo Revogatório	59,1	40,9	30,08
2006	Presidencial	62,8	37,2	25,3
2007	Referendo Constitucional	49,3	50,7	37
2008	Regionais	57	43	35
2009	Referendo Constitucional	54,8	45,1	36
2010	Parlamentar	58	37	33,55
2012	Presidencial	55	44	20

Em outubro de 2012 Chávez foi reeleito presidente. A luta contra o câncer e o receio dos venezuelanos em perderem os programas sociais do governo impulsionaram o seu êxito. Esses, no entanto, não foram os únicos motivos. O país vive um processo de transformação, materializado em conquistas políticas (analisadas no próximo capítulo) e sociais para a população, o que elevou a consciência revolucionária, sobretudo dos grupos sociais mais empobrecidos, que compõem a base de sustentação do chavismo.

Acreditamos que a conquista de melhores condições de vida pelos venezuelanos se deveu às missões sociais. Elas foram criadas após a crise política vivida pelo país entre abril de 2002 e o início de 2003. Com elas, o governo descentralizou as políticas sociais das estruturas estatais, fazendo com que as comunidades assumissem um papel protagonista na sua execução. Segundo as diretrizes do governo venezuelano:

As missões sociais foram criadas pelo presidente Hugo Chávez em 2003, com o objetivo de aprofundar a *revolução bolivariana* e consolidar a democracia participativa. Essas políticas revolucionárias significaram um esforço do governo para pagar a dívida social do país (...) seu propósito principal consiste no enfrentamento das causas e consequências da pobreza com a participação protagonista do povo (...).<sup>9</sup> Chávez, ao chegar ao governo, se deparou com um aparato de Estado colapsado e ineficiente, devido à corrupção e às consequências políticas e sociais do neoliberalismo (...). Uma das mudanças mais significativas consistiu na criação das missões sociais bolivarianas (...). Essa política revolucionária se orientou no intuito de saldar a enorme dívida social do

<sup>9</sup> *Las misiones bolivarianas*. Caracas, Ministério de Comunicación y información. 2006, 1º Edição. P. 1.

país, após décadas de exclusão social. Construir o Estado revolucionário se tornou fundamental (...). As missões foram criadas no marco da crise econômica produzida pelo *paro empresarial*. Seu início se deveu ao resgate dos recursos petrolíferos, assim como o compromisso da população excluída de assumir a liderança da transformação das suas vidas e da sociedade venezuelana. Trata-se de um modelo revolucionário de políticas públicas, que conjuga a ação estatal com a participação direta das comunidades na gestão de projetos sociais. Sua execução é possível graças a presença do Estado nos lugares mais afastados, por meio da participação direta das comunidades (...).<sup>10</sup>

As missões consistem em políticas estratégicas criadas pelo chavismo para atender demandas econômicas, culturais, educacionais, de saúde, etc., da população mais carente do país. Há 35 missões em funcionamento<sup>11</sup>. Seus projetos são financiados com recursos da PDVSA, confirmando a proposição do chavismo de reverter a renda petrolífera, elevada com as nacionalizações, na transformação da estrutura econômica e distribuição de renda.

Elas expressam o exercício da democracia participativa e ressaltam a importância dos *consejos comunales* (analisados no capítulo 3), pois o financiamento público aos programas socioeconômicos ocorre com a participação de cada comunidade organizada. Com elas, o chavismo almeja “a revolução social, a revolução institucional e a revolução do conhecimento”<sup>12</sup>.

Desde a criação do Fundo para o Desenvolvimento Econômico e Social do País (Fondespa) em 2004, foram disponibilizados, aproximadamente, US\$ 30 bilhões para projetos de infraestrutura, atividades produtivas e programas sociais.<sup>13</sup> Desse total, em torno de 1/3 foi distribuído para missões na área social, contribuindo para que a Venezuela tivesse o reconhecimento do atendimento de pontos das Metas do Milênio, como redução da pobreza.<sup>14</sup>

### ***Chavismo e o socialismo do século XXI***

O socialismo do século XXI é de complexa definição. Nessa proposta, misturam-se variadas vertentes de pensamento e bandeiras políticas: marxismo (com todas suas vertentes!), humanismo cristão, keynesianismo, indigenismo, enfim, uma miscelânea de teorias e formas de analisar a realidade que nos impôs o instigante desafio de defini-lo.

O socialismo do século XXI não se compara a outras experiências socialistas. Consiste numa construção muito mais imaginária e simbólica do que real. Inegavelmente, essa proposta age na

---

<sup>10</sup> Ibid. Op. Cit. P. 13-14.

<sup>11</sup> *Misiones*. Disponível em: <http://www.gobiernoonlinea.gob.ve/home/misiones.dot> Acesso: Dez/2012.

<sup>12</sup> Ibid. Op. Cit. P. 15.

<sup>13</sup> *Fondespa*. Disponível em:

[http://www.pdvsa.com/index.php?tpl=interface.sp/design/readmenuprinc.tpl.html&newsid\\_temas=39](http://www.pdvsa.com/index.php?tpl=interface.sp/design/readmenuprinc.tpl.html&newsid_temas=39) Acesso: Dez/2011 e *El petróleo al servicio del Pueblo*. Disponível em: <http://www.minci.gob.ve/2012/09/el-petroleo-al-servicio-del-pueblo/> Acesso: Out/2012.

<sup>14</sup> Para maiores detalhes sobre o atendimento das Metas do Milênio pela Venezuela, consultar: Metas do Milênio. Disponível em: [http://www.venezueladeverdad.gob.ve/?page\\_id=27966](http://www.venezueladeverdad.gob.ve/?page_id=27966) Acesso: Out/2012 e *Cumpliendo las Metas del Milênio*. Disponível em: [http://www.pnud.org.ve/INFORME OBJETIVOS\\_MILENIO\\_2010\\_INE.pdf](http://www.pnud.org.ve/INFORME OBJETIVOS_MILENIO_2010_INE.pdf) Acesso: Out/2012.

consciência das massas ao propor a utopia do novo modo de produção e de novos valores culturais, entretanto não se trata de uma nova experiência socialista.

O novo socialismo possui um viés nacionalista e, segundo Hugo Chávez, é elaborado e reinventado continuamente. De acordo com Chávez (2011):

Para construir o socialismo, temos de recordar Fidel. Em uma resposta que ele deu a Ignacio Ramonet: 'Qual foi um dos maiores erros que você cometeu? E Fidel disse: ter imaginado que alguém sabia como se construía o socialismo'. Nesse ponto, Fidel tem muita proximidade com Mariátegui, quando afirma: 'o nosso socialismo não deve ser cópia, nem criação heroica'. Muito robinsoniano, como dizia Simón Rodríguez: 'não podemos copiar modelos. Ou inventamos ou erramos! Trata-se de uma invenção. Diria uma obra de arte (...) (CHÁVEZ, 2011, p. 372). (Tradução nossa.)

Para avaliarmos o socialismo do século XXI construído na Venezuela desde a ascensão de Hugo Chávez à presidência, dividiremos este artigo em três partes: na primeira, resgataremos o passado do nacional-estatismo latino-americano. Explanaremos suas continuidades nessa proposta de novo socialismo; na segunda, abordaremos as características do socialismo do século XXI na Venezuela, subdividindo a análise entre o seu imaginário e a estrutura econômica e, por fim, faremos uma breve consideração sobre os elementos que compõem um *minimum* socialismo do século XXI.

### ***O nacional-estatismo e a América Latina***

As décadas de 1930 e 1940 na América Latina foram marcadas pela crise econômica. O crack da bolsa de valores de Nova York em outubro de 1929 e a Segunda Guerra Mundial propiciaram uma conjuntura econômica desfavorável para a América Latina, permitindo a ascensão de governos nacionalistas. Vargas, no Brasil, Perón, na Argentina, e Cárdenas, no México, tornaram-se as principais expressões do fenômeno político latino-americano definido por populismo.<sup>15</sup>

De acordo com Omar Acha, esses processos políticos notabilizaram-se por frear um ciclo revolucionário iniciado na América Latina na década de 1910 com a Revolução Mexicana. A esse período, marcado por críticas ao controle oligárquico das repúblicas, ao autoritarismo e à exclusão social, seguiram-se governos que frearam a possibilidade de revoluções em virtude da conciliação de classes (ACHA, 2009).

Naquele momento, a oligarquia não tinha condições de perpetuar o seu domínio, e as insatisfações foram crescentes em distintos grupos sociais, como a classe média, os trabalhadores

---

<sup>15</sup> Em razão de não consistir o objetivo de análise deste trabalho, não abordaremos o fenômeno do populismo e o riquíssimo debate acadêmico que há sobre o tema no Brasil e na América Latina durante os últimos 60 anos.

urbanos e a própria burguesia. Além disso, a Revolução Russa de 1917 e a crise econômica de 1929 preocuparam as oligarquias latinas em relação à possibilidade de ciclos insurrecionais.

Ademais, as lutas das décadas de 1920 e 1930 representaram o repúdio à exclusão política e à inóxia dos variados segmentos societários. Tal cenário possibilitou a ascensão de lideranças políticas que tiveram a tarefa de modernizar suas nações. Não se tratou, apenas, de evitar “revoluções à esquerda”.

Os impactos econômicos e sociais da crise de 1929 fizeram com que esses governos nacionalistas adotassem discursos e programas de governo que transformaram a América Latina. Argentina, Brasil e México foram os símbolos do processo de industrialização direcionado ao fortalecimento do mercado interno e à substituição dos produtos importados pelos nacionais (POZO, 2008).

A superação da crise de 1929 na América Latina adveio do abandono da concepção liberal da autorregulação econômica. Os variados governos latino-americanos seguiram o intervencionismo estatal na economia, principal marca do *New Deal*, elaborado por John M. Keynes, como fórmula para superar a catástrofe econômica iniciada em outubro daquele ano.

Passamos do crescimento econômico “voltado para fora”, sustentado nas exportações, para o crescimento “voltado para dentro”, caracterizado pela substituição de importações. Não abandonamos a tradicional venda de matérias-primas, fundamentais para a superação da depressão econômica, mas buscamos na industrialização um novo rumo. Assim, combinamos a Indústria de Substituição de Importações (ISI) com a recuperação dos mercados externos de matérias-primas. Isso permitiu que as nações latinas saíssem do *debacle* econômico em que se encontravam (THOMAS, 2009).

As mudanças econômicas foram consequência da ascensão de governos nacionalistas, como dissemos anteriormente. O repúdio ao liberalismo político-econômico possibilitou a chegada ao poder de lideranças carismáticas que estabeleceram contato contínuo e direto com as massas. Desse modo, além do intervencionismo estatal na economia, assistimos à emergência de um Estado forte, que interveio nos conflitos sociais e promoveu a legislação social (CAPELATO, 2001).

A emergência desses governos significou um marco na história latino-americana. Eles introduziram uma nova cultura política, marcada, grosso modo, pelas seguintes particularidades: intervenção do Estado na economia, reformas sociais, mobilização política e presença de um líder carismático símbolo do atendimento às reivindicações dos trabalhadores.

Esse fenômeno ensejou transformações sociopolíticas não de caráter revolucionário, mas modernizador e mobilizador. Foram atendidas as necessidades de sociedades que cresciam, se diversificavam e mudavam sua feição. A fase nacional-estatista entre 1930 e 1960 deixou como

legado para a América Latina uma cultura política que retorna em momentos variados, sobretudo de crise econômica.

Uma das marcas da política latino-americana no século XX é o desenvolvimentismo. Sua presença variou no tempo e no espaço, seguindo momentos históricos distintos, o que não o impediu de se tornar inegavelmente uma característica da região. A junção de mobilizações sociais, líderes carismáticos e realização de reformas sociais marcou a história regional a partir da década de 1930 (REIS FILHO, 2001).

Esse aspecto é fundamental para este trabalho. Acreditamos que a cultura política do nacional-estatismo retornou na América do Sul em virtude da crise socioeconômica e do desgaste da democracia representativa ao final da década de 1990. Com isso, criaram-se as condições para que fosse iniciado um novo ciclo desse fenômeno na Venezuela de Hugo Chávez.

Segundo Norberto Ferreras, os novos governos nacionais-estatistas perpetuaram aspectos como: mobilização das massas, diálogo contínuo com bases sociais, reformismo social e engajamento político. As ações estatais direcionadas ao crescimento econômico e à distribuição de renda também são fundamentais nesses fenômenos (FERRERAS, 2011).

Acreditamos que o resgate da tradição nacional-estatista pelo chavismo se notabiliza pela presença das características citadas e por duas inovações. A primeira refere-se a modificações significativas no agir político, por meio da radicalização da democracia, com a prática de referendos e plebiscitos. Com isso, o traço autoritário do nacional-estatismo é abandonado.

A segunda inovação consiste no discurso favorável ao novo socialismo. Como argumentamos anteriormente, esse projeto é multiforme e não tem uma definição clara, mas podemos compreendê-lo a partir de dois pontos: (i) a construção de um imaginário social coletivista, que defende novos valores éticos e morais para as três sociedades e (ii) veementes ataques ao neoliberalismo.

A defesa do novo socialismo figura nos discursos como uma antítese ao neoliberalismo. Observa-se a predominância do capitalismo intervencionista, e não mais o neoliberal. Por isso, assistimos à nacionalização dos recursos naturais e ao fortalecimento do Estado enquanto agente indutor do desenvolvimento econômico. Isso foi possível graças ao fracasso das políticas neoliberais e à necessidade de diversificar as diretrizes econômicas, distanciando-se do pensamento único neoliberal. Assim, surge uma variedade de caminhos nacionais realizados por governos progressistas que retomaram o intervencionismo estatal na economia e a perspectiva desenvolvimentista (GAITÁN, 2011).

Nesse sentido, Chávez redimensionou as relações entre os setores público e privado. A ação estatal foi assumida como essencial para o crescimento econômico e a distribuição de renda, prioridades nos três casos analisados. A ineficácia social dos governos neoliberais fez com que a

retórica desenvolvimentista retornasse, ligando expansão econômica às políticas sociais (GAITAN, 2011).

O “capitalismo de las calles” consistiu na característica central do chavismo. As transformações nas diretrizes econômicas foram efetuadas com apoio popular e dentro dos marcos legais. Não ocorreu uma ruptura com o capitalismo, mas o fomento de diretrizes econômicas que almejam a diversificação produtiva e a melhoria das condições de vida. As ruas, nesse contexto, transformaram-se em espaço de pressão e sobretudo do agir político (MORAES, 2011).

A seguir, avaliaremos os discursos e programas de governo de Hugo Chávez. Neles poderemos constatar o duplo caminho de análise do socialismo do século XXI e o aspecto nacional-estatista desse processo, embora o país tenha vivido o mais intenso processo de luta de classes da América do Sul.

### *O imaginário do socialismo do século XXI na Venezuela*

A bandeira do socialismo atua no imaginário social dos três processos políticos analisados. Sua reivindicação contribui para o combate ao neoliberalismo, ao mesmo tempo em que possibilita a germinação de uma contracultura transformadora, a partir da difusão de valores éticos e morais diferentes dos vigentes em cada sociedade.

Por meio do imaginário social, os objetivos, os medos e as ilusões de um povo são atingidos, e as sociedades podem delinear suas identidades e organizar sua história. Ele se expressa por ideologias, utopias, símbolos e mitos. Sua utilização define o relacionamento dos indivíduos com as instituições, além de ser o meio para a conscientização dos homens, desencadeando a possibilidade de mudança da ordem vigente ou mesmo sua preservação (MORAES, 2012).

A identificação chavismo enquanto revolucionário ocorreu com a utilização das imagens dos próceres da independência e com a reivindicação direcionada à construção de um novo socialismo. Com isso, foi forjado no imaginário social a possibilidade de realização de transformações socioeconômicas e políticas.

O chavismo apresenta propostas mais concretas no intuito de construir um novo modo de produção. A defesa do socialismo ocorre incisivamente nos discursos de Chávez, e sua propagação é constante nos meios de comunicação governamentais. Há, igualmente, medidas concretas intencionando a alteração da estrutura produtiva venezuelana. Os incentivos do chavismo às Empresas de Produção Social (EPS) e o apoio à formação de cooperativas em comunidades, com o controle da produção e dos recursos a cargo de um conselho constituído pelos próprios moradores, consistem em medidas concretas no ainda distante socialismo do século XXI.

O socialismo do século XXI não foi um projeto do chavismo desde sua chegada ao poder. Como afirmamos anteriormente, o Polo Patriótico, frente partidária e de movimentos sociais organizados em torno da figura de Chávez à época da eleição em 1998, era composto por um conjunto de organizações sociais e partidárias marcado por variadas ideologias e formas de pensamento.

Nesse momento, a prioridade do movimento era a realização de uma assembleia constituinte. Chávez não tinha uma retórica favorável ao novo socialismo. Como veremos posteriormente, ele coadunava com os princípios da terceira via, a qual emergiu no fim da Guerra Fria em 1991. Com a dissolução da União Soviética, a socialdemocracia europeia, propagada por Anthony Giddens, expandiu-se. Essa perspectiva se afastou definitivamente da socialista, no sentido de defender a possibilidade de união entre reformas sociais progressistas e diretrizes econômicas ortodoxas. Elementos da teoria marxista, como luta de classes, revolução e expropriação da burguesia foram abandonados. A assunção de um “pacto socioproductivo” que garantisse a reprodução do capital e a distribuição de benesses para os trabalhadores tornou-se central nessa teoria. A radicalização do bolivarianismo, por sua vez, ocorreu após 2004, quando a revolução se consolidou após um intenso processo de luta de classes, como vimos no capítulo 1.

O êxito do chavismo contra os grupos opositores e a vitória eleitoral de Chávez nas eleições presidenciais de 2006 mudaram a correlação das forças políticas no país. Sustentado no maciço apoio popular, à época em torno de 60%, o presidente venezuelano intensificou a retórica favorável à construção do socialismo bolivariano. A partir de então, a proposição do socialismo do século XXI se tornou constante no discurso chavista. A proposta da terceira via foi abandonada pelo presidente venezuelano. Esses dois momentos podem ser constatados nas falas de Chávez (2012) a seguir:

Necessitamos modificar a dependência venezuelana em relação à produção petrolífera. (...) Devemos construir um novo modelo produtivo que, desde o primeiro dia de governo, impulse a agricultura, a indústria, a construção civil, o turismo etc., pois essas atividades geram muito emprego. Precisamos incentivar também as pequenas e médias empresas. Por isso, convido os investidores privados, nacionais e internacionais, a apoiarem as transformações que realizaremos em nossa economia. Isso é um pouco do que propõe a terceira via de Tony Blair, primeiro ministro britânico. Um modelo que não seja socialista nem comunista, tampouco o neoliberalismo selvagem que gera desemprego e instabilidade. Pleiteamos a existência de empregos, salários justos e segurança social. Enfim, um modelo econômico humanista. Essa é a solução (...) (CHÁVEZ, 2012, p. 212-3). (Tradução nossa.)

(...) depois de muitas reflexões, dos anos na presidência e das lutas sociais, me transformei em socialista. Isso faz parte, sem dúvidas, da conscientização e do aumento das reflexões sobre o mundo que vivemos. Durante um tempo, segui uma tese equivocada (...) a chamada terceira via. Inicialmente, achava interessante buscar uma conciliação entre o capitalismo e o socialismo. Ao longo do tempo, me convenci de que não há alternativas. Analisando o capitalismo, vemos que ele põe em primeiro lugar o interesse do capital e promove egoísmos. O ser humano não é importante. O capitalismo é Judas. É capaz de vender sua pátria e a própria mãe pelo lucro. Ele explora e massacra. João Paulo II o qualificou de selvagem. Já o socialismo coloca o ser humano em primeiro lugar. Apregoa a igualdade e a justiça social (...). Ele não prioriza o capital, o ganho econômico. Por isso, não temos dúvidas. Devemos

construir o socialismo (...). Mas temos que inventar o socialismo do século XXI (...)  
(CHÁVEZ, 2005, p. 256-7). (Tradução nossa.)

O decreto de convocatória do referendo nacional para a constituinte abriu o caminho à revolução na paz. Assim vieram os anos 1999 e 2000. Vou lhes resumir assim: 1999 foi o ano da constituinte e do nascimento da constituição bolivariana. Em 2000, nos legitimamos no poder, e a V República nasceu. 2001 foi marcado pelas leis habilitantes revolucionárias. 2002 foi o ano da desestabilização contrarrevolucionária e imperialista. Em 2003, tivemos o início da contraofensiva revolucionária e, em 2004, assistimos a grande vitória popular e revolucionária. Nesse ano a revolução se declarou anti-imperialista (...) Dissemos: Não ao imperialismo! Não à exploração! O ano de 2005 será de desenvolvimento endógeno e do salto adiante no econômico e no social (CHÁVEZ, 2005, p. 111-2). (Tradução nossa.)

O Discurso da Unidade, em dezembro de 2006, simbolizou a irreversibilidade da busca do novo socialismo. Segundo Chávez (2007):

(...) queremos construir o socialismo na Venezuela. Temos clareza de que o socialismo do século XXI não poderá ser construído sem transformação econômica, democracia participativa e ética socialista. O amor, a solidariedade e igualdade entre os homens e as mulheres são elementos fundamentais da construção do nosso socialismo (CHÁVEZ, 2007, p. 43). (Tradução nossa.)

Observamos nesses discursos de Chávez (2007) três elementos fundamentais para o socialismo venezuelano do século XXI: (i) reconstrução dos valores éticos e morais da sociedade, (ii) utilização da democracia participativa enquanto instrumento fundamental do agir político e (iii) transformação do modelo produtivo.

Os novos valores societários perpassam pelo rechaço ao individualismo e pela valorização do coletivo, marcas das sociedades contemporâneas. O repulso à lógica produtivista-mercantilista, a qual faz com que os homens sejam valorizados por sua “eficiência”, pelo “ter” e pelo status social, é repellido pela ideologia revolucionária do chavismo e dos demais processos analisados nesta tese.

Essa condição “homem-mercadoria” foi exacerbada com o neoliberalismo e a globalização. O predomínio do fetiche da mercadoria, do consumismo e da alta produtividade potencializou o estranhamento e a alienação do homem. Nas sociedades capitalistas contemporâneas, marcadas pela alta velocidade produtiva e pelo “tempo agora!”, os não produtores e não consumidores são excluídos, compondo a sujeira e o descartável da pós-modernidade (DA SILVA, 2009). Busca-se um mundo perfeito e para sempre idêntico. No neoliberalismo, esse universo configura-se pela permanência do consumo, da produção e do fluxo de capital. A exclusão de segmentos sociais não participantes do mercado consumidor torna-se, portanto, uma das marcas centrais da pós-modernidade.

De acordo com Bauman, o critério da pureza aborda a aptidão do homem para participar do consumo. Os consumidores falhos, incapazes de responder ao mercado por não terem recursos financeiros, constituem um problema e compõem “a sujeira a ser removida”. Como o critério da

pureza se fundamenta no senso de liberdade e é relacionado à aptidão para o consumo, os “não consumidores” são descartados (BAUMAN, 1998).

Nesse sentido, o esforço pela reconstrução dos valores éticos e morais no socialismo do século XXI perpassam pela valorização do indivíduo pelo “ser” e não pelo “ter”, pela negação da exclusão do não consumidor e pela busca da conscientização do homem. Transformações culturais e a constituição de uma nova identidade societária formam os aspectos centrais. Para consolidação desses ideais, determinadas bandeiras são necessárias. O resgate da imagem e dos valores difundidos pelos próceres da emancipação, a exaltação da ação coletiva, a participação política, a solidariedade, o humanismo cristão e as críticas ao consumismo consistem em algumas delas.

Essa desarticulação dos valores difundidos na cultura capitalista é importante. A “batalha das ideias”, termo utilizado pelas três revoluções, objetiva o surgimento de uma nova forma de olhar o mundo. Por isso, temos o uso de variadas concepções teóricas e de imagens.

Assistimos, ao mesmo tempo, ao resgate de variados conceitos e proposições científicas, dificultando uma aceção clara sobre os valores do socialismo bolivariano. Misturam-se variadas maneiras de se analisar o mundo, desde o socialismo ao cristianismo, compondo um mosaico teórico de difícil definição. Isso pode ser constatado nas falas a seguir de Chávez (2011, 2010, 2008):

(...) O socialismo está fixado na consciência coletiva. Os conceitos de igualdade, justiça social, inclusão absoluta, respeito à diversidade cultural, predileção pelo diálogo, valorização da democracia participativa, poder popular, amor à pátria, entre outros, foram manejados de forma retórica e formal em nossa história. Hoje, o associamos às vidas pública e política. Isso é uma grande conquista coletiva (...). (CHÁVEZ, 2008, p. 53). (Tradução nossa.)

O socialismo é o caminho da humanidade. Sou cristão e posso dizê-lo. Cristo, nosso senhor, veio a esse mundo para anunciar a boa fé de um reino futuro. Jesus disse: “Meu reino não é deste mundo, mas da sua vontade”. Passaram-se dois mil anos que Cristo anunciou o reino da paz, do amor e da igualdade. Ele chegou e é chamado de socialismo. Bolívar apregoou que o grande dia da América virá quando existir apenas uma categoria de seres humanos. Então, sejamos cidadãos marcados pela igualdade. Nosso povo deve viver com a mais alta soma de felicidade, segurança social e estabilidade política. Isso se chama socialismo. Chegamos ao ponto inicial. Façamos de tudo para não retrocedermos. A luta está começando. É o caminho para a pátria grande e socialista (...). O socialismo é o que Cristo pregou. Quando ele multiplicou os pães e peixes. O que foi que fez? Economia igual para todos. O capitalismo, na verdade, é o demônio. Identificamos o socialismo como o modelo de progresso e desenvolvimento humano. Demonstramos que é possível criar uma alternativa ao perverso capitalismo. E essa é o socialismo (...). (CHÁVEZ, 2010, p. 3-5). (Tradução nossa.)

A voz do povo é a voz de Deus na terra. Esse é o Deus verdadeiro! Essa é a voz de Deus. Nosso povo é a imagem de Cristo crucificado e ressuscitado. Ele foi o principal comandante na luta por justiça social e pelos pobres da terra. “Bem-aventurados os pobres, pois deles será o reino dos céus” (...) A igualdade é o socialismo. O capitalismo é o império do Satanás, pois é marcado pela injustiça. É o reino de Judas Iscariotes, que vendeu o Mestre por umas moedas. Esse é o capitalismo. O socialismo é o reino de Jesus, da irmandade e do amor entre as pessoas. É nisso que cremos. Cada dia amo mais a Cristo, meu senhor revolucionário e socialista. O verdadeiro Cristo. O Cristo verdadeiro (...) (CHÁVEZ, 2008, p. 39). (Tradução nossa.)

A contraposição à ideologia burguesa pelo chavismo pode ser explicada pela teoria de Antonio Gramsci. A construção da hegemonia desse grupo derivou da utilização da força conjugada à liderança moral e intelectual. Para isso, foram fundamentais as concessões políticas e econômicas aos grupos subalternos, sobretudo nos períodos de intensificação da luta de classes.

A preeminência da burguesia foi construída e reconstruída por meio de uma teia de instituições, relações sociais e ideias que contaram com a sociedade civil para o seu desenvolvimento. Como a ideologia é um campo aberto, não determinado exclusivamente pelas forças dominantes, a possibilidade de “batalhas ideológicas” consiste em um aspecto central da teoria gramsciana.

Gramsci assevera que os trabalhadores e grupos revolucionários, antes mesmo de iniciarem a luta armada, precisariam encetar críticas à ideologia dominante, espalhando os seus valores e construindo um bloco histórico a ser formado por grupos sociais contrários aos valores culturais difundidos pela burguesia. Nesse sentido, a conformação da hegemonia de uma classe perpassa pelas atuações nas sociedades política e civil. A primeira é responsável pela coerção e pelo domínio, enquanto a segunda reúne um conjunto de organismos, habitualmente considerados privados, que possibilitam a direção intelectual e moral da sociedade, mediante a constituição do consenso e da adesão das massas.

A sociedade civil é constituída por inúmeras entidades sociais que cumprem papéis de caráter cultural, educativo, religioso, político e econômico. Por meio delas, difundem-se a ideologia, os interesses e os valores da classe que domina o Estado. Isso possibilita o consentimento e a adesão aos grupos dominados. A hegemonia dos grupos dirigentes não decorreria, unicamente, da repressão, mas também da difusão das normas e valores comportamentais pela sociedade civil (ACANDA, 2006).

Para Gramsci, o desenvolvimento do capitalismo ao longo do século XIX redirecionou a relação entre sociedade civil e Estado. Nas nações capitalistas desenvolvidas houve crescimento da sociedade civil, contrária aos interesses da burguesia, a partir da associação de grupos sociais explorados (operários, mulheres etc.) que objetivaram lutar pelo atendimento das suas demandas. Esse processo recompôs a hegemonia burguesa, levando à “politização” da sociedade civil, a partir do deslocamento da política para outros espaços, antes vistos como privados. Surgiram, então, as formas modernas de dominação, com o Estado (sociedade política) se reestruturando por meio de um processo que assimilou o desenvolvimento complexo da sociedade civil à estrutura geral da dominação.

Segundo Portelli, a sociedade civil pode ser pensada por três aspectos complementares: (i) como ideologia da classe dirigente, abrangendo todos os ramos da ideologia, da arte à ciência; (ii) como concepção de mundo, difundida em todas as camadas sociais com o intuito de vinculá-las à classe dirigente, adaptando-se a todos os grupos; (iii) como direção ideológica da sociedade,

articulando-se em três níveis essenciais: a estrutura ideológica, as organizações que a difundem e os instrumentos técnicos de difusão da ideologia, como a mídia (PORTELLI, 2002).

O domínio de um grupo não proviria, somente, da sua imposição pela força. O consenso é fundamental e está associado à produção espiritual da sociedade. Essa concepção amplia os “campos do político”, englobando instâncias e estruturas sociais responsáveis pela socialização dos indivíduos, visto ser por meio dessas que se consolida o poder. Para Gramsci, o assalto revolucionário à estrutura estatal não decorreria, somente, do ataque aos centros detentores de violência. O estímulo ao questionamento das normas e dos valores dos grupos dominantes também seria essencial.

A obra de Gramsci ressaltou a inexistência de um automatismo entre crise político-econômica e a revolução. A inter-relação entre os fatores objetivos e subjetivos foi ressaltada como aspecto essencial para a sua ocorrência. Devemos compreender a relevância dos fatores espirituais, pois a história é a arena da atividade consciente, da vontade política, da intervenção subjetiva e da iniciativa política. Por isso, ressaltamos a relativa autonomia do político em relação à economia. Não há, portanto, uma associação automática e direta entre revoluções e crises econômicas (ACANDA, 2006).

O aspecto cultural era fundamental para Gramsci. Segundo ele, uma classe ou um grupo pode exercer seu domínio sobre o conjunto social não só por impor o domínio por meio da força, mas por fazer com que os variados grupos sociais o aceitem como legítimo. O poder dos grupos dominantes consiste na capacidade de dirigir toda a produção espiritual para a consecução dos seus interesses. A classe dominante obtém e mantém o poder sobre a sociedade, controlando não apenas os meios de produção e os instrumentos repressivos, mas, principalmente, a capacidade de organização do consenso e de direção política, intelectual e moral da sociedade. A luta revolucionária deve ser antecedida das disputas no interior da sociedade civil, por isso a criação de uma ideologia contradominante é fundamental.

A importância da disputa cultural para a ocorrência das revoluções é essencial para compreendermos os discursos favoráveis ao novo socialismo pelo chavismo e demais casos. As críticas às características exploratórias do capitalismo têm por meta o estabelecimento de disputas com a ideologia dominante. É por essa razão que os discursos chavistas ressaltam a edificação de uma nova ideologia, que se afaste do individualismo competitivo. Declara Chávez (2006):

Nunca me esqueço do momento em que conversava com Fidel sobre o bolivarianismo. Na ocasião, começávamos a difundir nossa tese (...). Recordo o que Fidel dizia na Universidade de Havana certa noite em dezembro de 1994: “Chávez, vocês falam de bolivarianismo para buscar a justiça social. Aqui nós falamos de socialismo.” Respondia ao comandante: “estou de acordo.” Fidel agregou mais uma observação: “inclusive se falará do cristianismo”, algo que concordo. O novo pensamento articula nossas culturas profundas. É um socialismo americano, martiniano e bolivariano. Temos de construí-lo, pois o capitalismo destrói as sociedades. Ele defende o individualismo, o egoísmo e a destruição da humanidade. É a

causa das guerras, da miséria, da fome e das grandes desigualdades sociais que flagelam os nossos povos (CHÁVEZ, 2006, p. 2). (Tradução nossa.)

Esse trecho demonstra que a batalha ideológica constitui um aspecto central do bolivarianismo. A existência de um novo bloco histórico perpassa por ela. A desconstrução dos valores do capitalismo e o ataque às mazelas sociais são permanentes. A necessidade da desconstrução da cultura dominante fica mais evidente neste outro discurso:

A descolonização cultural da sociedade venezuelana é um dos grandes objetivos da revolução bolivariana. Não esqueçamos que, enquanto o colonialismo segue vivo e influenciando as mentes, o velho não terminará de morrer, e o novo não acabará de nascer (CHÁVEZ, 2006, p. 3). (Tradução nossa.)

O discurso favorável de Chávez às transformações sociopolíticas auxiliou a conscientização da população. Isso possibilitou a superação da alienação e a intensificação da luta de classes na Venezuela. A retórica socialista incidiu no início de alterações nos valores éticos e morais da sociedade venezuelana. A radicalização do bolivarianismo e a construção do imaginário socialista foram consequências disso.

A elevação do nível de consciência dos venezuelanos derivou de um duplo ciclo. O primeiro, ao final da década de 1990, foi marcado pelo desgaste popular com as consequências socioeconômicas do neoliberalismo e o esfacelamento do sistema de Punto Fijo, como vimos no primeiro capítulo. Fruto disso, tivemos a eleição de Chávez e o processo constituinte, fundador da V República.

O segundo momento proveio da contundente reação popular à contrarrevolução. O auge da luta do chavismo contra os opositores ocorreu no período entre o golpe de Estado em abril de 2002 e a vitória do chavismo no referendo revogatório em agosto de 2004. As batalhas dessa fase consolidaram o apoio popular a Chávez e demonstraram o alto nível de consciência revolucionária dos venezuelanos. Segundo Chávez (2005):

Simón Rodríguez afirmou entre 1840 e 1850: “(...) não nos enganemos. Aqui não há repúblicas porque não há povos. A força material está na massa e no movimento de massas. Ela tem que ser consciente e bem orientada, seguindo um projeto estratégico”. Essas são as ideias que devemos difundir nas ruas do país. Temos a obrigação de sedimentar, difundir, fortalecer e converter tais ideias em bandeiras de luta (...) estamos construindo uma alternativa ao capitalismo e ao neoliberalismo. Esse projeto está na nossa Constituição. Estamos trabalhando intensamente para avançá-lo (...) a participação coletiva é essencial para logarmos as mudanças desejadas (CHÁVEZ, 2005, p. 175-7). (Tradução nossa.)

A superação do capitalismo ocorre somente com a consciência de classe dos trabalhadores. Para isso, a auto-organização popular é fundamental. Na Venezuela, as missões sociais e os *consejos comunales* (conselhos comunitários) são essenciais na construção do novo socialismo. Ambos

materializaram a participação popular, a edificação da democracia participativa e são entusiasticamente propagadas pelo chavismo.

Segundo Mariana Bruce, os *consejos comunales* consistem em microgovernos locais. Eles foram estabelecidos no interior das comunidades venezuelanas e possuem caráter deliberativo/executivo sobre a gestão das políticas socioeconômicas locais. O objetivo dessa descentralização do poder é a construção do Estado Comunal venezuelano, articulado por federações ou confederações desses *consejos*. Com isso, temos a possibilidade de edificação da “democracia participativa e protagônica” e de um desenvolvimento econômico autossustentável, ou seja, prerrogativas fundamentais para o novo socialismo (BRUCE, 2011).

Na Venezuela chavista, o protagonismo popular é essencial para a construção do novo socialismo. As missões sociais e os conselhos comunitários expressaram, nesse sentido, não apenas os meios para a radicalização da democracia, mas o próprio caminho para a construção do socialismo.

Constatamos que, economicamente, as medidas chavistas resgataram a tradição desenvolvimentista latino-americana. As críticas ao Estado mínimo neoliberal abriram caminho para o advento do intervencionismo estatal, tendo como consequência a proposição de uma nova estrutura produtiva. Esta é marcada pela nacionalização dos recursos naturais, pela diversificação da produção e pelo apoio financeiro do Estado às empresas privadas e, de forma muito embrionária, às populares.

O projeto nacional-estatista de Chávez valorizou o setor privado e sua parceria com empresas estatais. Essa união foi pleiteada por proporcionar o desenvolvimento econômico, permitindo a geração de emprego e renda. A descentralização produtiva, por meio da economia popular e comunitária, foi reivindicada como mais um elemento propiciador de crescimento econômico.

Como asseveramos anteriormente, o novo socialismo age no imaginário coletivo. A reivindicação da solidariedade e da justiça social atua na consciência da população. Com isso, presenciamos embates contra o individualismo e o egoísmo, características intensificadas na fase neoliberal do capitalismo.

A construção do socialismo sul-americano fundamenta-se na utilização de princípios do cristianismo, indigenismo, iluminismo, keynesianismo e marxismo, por exemplo. A junção de variadas teorias fez com que nos deparássemos com algo novo, que é construído diariamente. É uma invenção sul-americana concomitante à escrita desta tese.

Esses argumentos, no entanto, não fazem com que nos abstenhamos de algumas conclusões. A proposta do socialismo do século XXI é totalmente diferente de qualquer experiência histórica. Sua construção é direcionada ao combate ao neoliberalismo. A intervenção estatal na economia, a reivindicação de novos valores sociais, a emanação de uma cultura fincada na solidariedade e na

humanização da relação capital-trabalho são demonstrações da sua antítese em relação ao neoliberalismo.

Não acreditamos que o novo socialismo represente, pelo menos neste momento, um modo de produção alternativo ao capitalismo. Cremos na sua vinculação à tradição nacionalista sul-americana e aos seus princípios, como intervenção estatal na economia e realização de reformas sociais. Acreditamos que as seguintes características estão contempladas na proposta do socialismo do século XXI:

- (i) repúdio aos efeitos socioeconômicos do neoliberalismo;
- (ii) intervencionismo estatal na economia, expresso na nacionalização dos recursos naturais, no fomento às pequenas e médias empresas e no incentivo à diversificação produtiva;
- (iii) constituição de programas sociais distributivos de renda;
- (iv) difusão dos valores de solidariedade, igualdade, justiça social e proeminência do coletivo sobre o individual;
- (v) democratização das instituições estatais e apoio à participação popular;
- (vi) apoio à associação público-privada e à economia comunitária/popular;
- (vii) utilização do imaginário socialista para a conscientização das massas;
- (viii) apoio ao multilateralismo nas relações internacionais e à integração sul-americana, tema que será discutido no próximo capítulo;

As características enumeradas compõem a nossa visão sobre o socialismo do século XXI. Ressaltamos novamente que estamos analisando um processo que ocorre no momento da escrita deste trabalho. A dinâmica das tensões de classe poderá desembocar no abandono dos traços nacional-estatista e na radicalização desses processos, com a construção de fato do socialismo.

## **Bibliografia**

ACANDA, Jorge Luis. Sociedade civil e hegemonia. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2006. Tradução Lisa Stuart.

ACHA, Omar. La historia latino-americana y los procesos revolucionarios: una perspectiva del bicentenario (1780-2010). IN: RAJLAND, Beatriz e COTARELO, María Celia. La revolución en el bicentenario – reflexiones sobre la emancipación, clases y grupos subalternos. Buenos Aires, Clacso, 2009. 1ª Edição.

ARAUJO, Rafael. A história do Tempo Presente venezuelana de 1950 ao século XXI. Olinda: Livro Rápido, 2009.

BRUCE, Mariana. A “democracia participativa y protagônica”, o povo e o líder: A Experiência dos Consejos Comunales na Parroquia 23 de enero (Caracas/Venezuela). Dissertação

de Mestrado defendida em agosto de 2011 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

BAUMAN, ZYGMUNT. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1998. Tradução: Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama.

BRICEÑO, Gustavo Tarre. El 4F - El espejo roto. Caracas, Ediciones Dulia, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. IN: FERREIRA, Jorge. O populismo e sua história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FERRERAS, Norberto. A sociedade de massas: os populismos. IN: AZEVEDO, Cecília e RAMINELLI, Ronald (org). História das Américas – novas perspectivas. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2011. GAITÁN, Flavio. O desenvolvimento esquivo e as tensões do desenvolvimentismo – reflexões sobre a América Latina na Hora atual. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011.

GOLINGER, Eva. El Código Chávez. Editorial de Ciencias Sociales, Havana, 2005.

MAYA, Margarita López. Del viernes negro al referendo revocatorio. Caracas, Alfadil Ediciones, 2006.

MORAES, Denis de. Imaginário social e hegemonia cultural. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=297> Acesso: Dez/2011

MORAES, Wallace dos Santos de. Por que Chávez chegou ao poder e como permanece por mais de uma década? Um balanço dos onze anos de chavismo na Venezuela. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300593175\\_ARQUIVO\\_PorqueChavezchegou\\_aopoderecomopermanecepormaisdeumadecada.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300593175_ARQUIVO_PorqueChavezchegou_aopoderecomopermanecepormaisdeumadecada.pdf) Acesso: Jan/2012.

MORAES, Wallace. Brasil e Venezuela – Histórico das relações trabalhistas de 1889 até Lula e Chávez. Rio de Janeiro, Achiamé, 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. IN: FERREIRA, Jorge. O populismo e sua história – debate e crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

THOMAS, Victor Bulmer. As economias latino-americanas, 1929-1939. IN: BETHELL, Leslie. História da América Latina – Vol. VI – A América Latina após 1930.

TOUSSAINT, ERIC. Transformar el fracaso del 2 de diciembre de 2007 en una potente palanca para impulsar el proceso en curso en la Venezuela de Hugo Chávez. IN: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=60613> Acesso Dez/2007.

## Fontes

FRIAS, Hugo Chávez. Yo soy así - 7 de agosto de 2011. IN: “De Yare a Miraflores el mismo subversivo – Entrevistas al comandante Hugo Chavez Frias”. Op. Cit. P. 372.

FRIAS, Hugo Chávez. Nosotros somos gente de palabra. 16 de octubre de 1998. IN: “De Yare a Miraflores el mismo subversivo – Entrevistas al comandante Hugo Chávez Frías”. Op. Cit. p. 212-213. \_\_\_\_\_, Op. Cit. P. 270-273.

Discurso del presidente de la Republica Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la instalación del III Encuentro Mundial de la solidaridad con la revolución bolivariana. IN: 2005 – Año del salto adelante. Hacia la construcción del socialismo del siglo XXI. Gobierno bolivariano. Año 7. Caracas, Ediciones de la Presidencia de la República. 2005. P. 256-257.

\_\_\_\_\_, Op. Cit. P. 370-371.

FRIAS, Hugo Chávez. Discurso del presidente de la Republica Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la celebración de los seis años del gobierno bolivariano. Balcón del Pueblo, Palacio de Miraflores, Caracas, 2 de febrero de 2005. IN: 2005 – Año del salto adelante. Hacia la construcción del socialismo del siglo XXI. Gobierno bolivariano. Año 7. Caracas, Ediciones de la Presidencia de la República. 2005. P. 111-112.

FRIAS, Hugo Chávez. O discurso da unidade. Caracas, Edições Socialismo do Século XXI, nº 1. Janeiro de 2007.

FRIAS, Hugo Chávez. Palabras a las trabajadoras y trabajadores. Op. Cit. p. 30

\_\_\_\_\_, Discurso del presidente Hugo Chávez Frías durante la presentación de su mensaje anual ante la Asamblea Nacional. Caracas, 11 de janeiro de 2008. Disponível em: [http://www.alopresidente.gob.ve/material\\_alo/12/p--19/tp--31/](http://www.alopresidente.gob.ve/material_alo/12/p--19/tp--31/) Acesso: Fev/2011. P. 53.

\_\_\_\_\_, Mensaje anual a la Asamblea Nacional, 15 de enero de 2011. Disponible em: <http://www.psuve.org/ve/wp-content/uploads/2011/01/Mensaje-Anual-a-la-Asamblea-Nacional-2010.pdf> Acceso: Feb/2011.

\_\_\_\_\_, Hacia la victoria admirable contra la burguesía y el imperialismo. Op. Cit. P. 3-5.

\_\_\_\_\_, Discurso del presidente Hugo Chávez Frías durante la presentación de su mensaje anual ante la Asamblea Nacional. Caracas, 11 de enero de 2008. Op. Cit. P. 39.

\_\_\_\_\_, Op. Cit. P. 14.

FRIAS, Hugo Chávez. La integración es nuestra bandera antiimperialista. Disponible em: <http://www.chavez.org.ve/chavez/lineas-chavez/integracion-es-nuestra-bandera-antiimperialista/> Acceso: Jan/2012.

\_\_\_\_\_, Madre Santa, Maisanta... Disponible em: <http://www.chavez.org.ve/chavez/lineas-chavez/madre-santa-maisanta/> Acceso: Jan/2012.

FRIAS, Hugo Chávez. Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la inauguración de la IV Cumbre de la Deuda Social y Carta Social de las Américas. IN: 2005 – Año del salto adelante. Hacia la construcción del socialismo del siglo XXI. Op. Cit. P. 175-177.

\_\_\_\_\_, En las fronteras de un tiempo. 4 de marzo de 2007. IN: “De Yare a Miraflores el mismo subversivo – Entrevistas al comandante Hugo Chávez Frías”. Op. Cit. p. 245.

Discurso del Presidente del Estado Plurinacional de Bolivia Evo Morales en la XV Cumbre del Cambio Climático, Copenhague. Disponible em: <http://www.presidencia.gob.bo/discursos1.php?cod=16> Acceso: Nov/2011.

FRIAS, Hugo Chávez. Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del mensaje anual a la asamblea nacional. Palacio Legislativo, Caracas, 14 de enero de 2005. IN: 2005 – Año del salto adelante. p. 19-25.

\_\_\_\_\_, Mensaje anual a la Asamblea Nacional, 15 de enero de 2011. Op. Cit. P. 55-56, 82 e 84.

Proyecto Nacional Simón Bolívar – Primer Plan Socialista de la Nación”. Op. Cit. P. 62-63.

Apoio da PDVSA às Misiones Sociales. Disponible em: <http://www.pdvsa.com/> Acceso: Jan/2012.

PDVSA em cifras e La CVP y las Empresas Mixtas. Disponible em: <http://www.pdvsa.com/> Acceso: Nov/2012.

FRIAS, Hugo Chávez. Discurso da Unidade. Op. Cit. P. 51.

\_\_\_\_\_, Palabras a las trabajadoras y trabajadores. OP. Cit. p. 24-25.